

CONVIDADO

**TIAGO CORRÊA
DO AMARAL**

Sócio da Abreu Advogados

O fim do Clawback: uma decisão há muito esperada no setor elétrico português

Poucos portugueses ouviram falar do Clawback, mas quase todos sentiram o seu efeito, ainda que indiretamente, na fatura da eletricidade. Este mecanismo, criado em 2013 para corrigir desequilíbrios no mercado ibérico de energia, impunha uma taxa aos produtores nacionais que, no fim, acabava por se refletir nos preços pagos pelos consumidores. Agora, com o Decreto-Lei n.º 139-B/2025,

o Governo decidiu acabar com este encargo, uma medida que poderá ajudar a estabilizar o setor e, a prazo, aliviar as contas das famílias.

O Clawback nasceu num contexto de crise e pretendia equilibrar a concorrência entre Portugal e Espanha no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL). Contudo, a sua aplicação revelou-se complexa, imprevisível e economicamente pouco relevante. Ao

longo dos anos, foi criticado por criar incerteza regulatória e afastar investimento.

A extinção do mecanismo assenta em três fundamentos essenciais: a complexidade e imprevisibilidade do modelo, a evolução estrutural do setor elétrico, hoje mais integrado e dominado por energias renováveis, e o enviesamento pró-importação, que penalizava a produção nacional e contrariava os objetivos do Plano Nacio-

O Clawback nasceu num contexto de crise e pretendia equilibrar a concorrência entre Portugal e Espanha no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL).

nal de Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

Com o novo diploma, o Clawback deixou de produzir efeitos a partir de 2025, mantendo-se apenas as liquidações relativas a 2024, em respeito pelo princípio da segurança jurídica. A medida representa uma simplificação regulatória e um reforço da previsibilidade, fatores decisivos para atrair investimento no setor energético.

Mas o que significa isto para o cidadão comum? Na prática, a eliminação do Clawback retira um custo adicional da cadeia de produção de eletricidade, o que poderá traduzir-se em preços mais estáveis e competitivos. Além disso, ao tornar Portugal mais atrativo para o investimento em energias renováveis, esta decisão pode gerar novos empregos e contribuir para uma economia mais sustentável.

A Associação Portuguesa de Energias Renováveis (APREN) saudou a medida como um passo decisivo para a estabilidade regulatória e a redução de custos para os consumidores. Também analistas e consultoras especializadas destacaram o seu potencial para reforçar a competitividade e estimular novos investimentos.

O fim do Clawback marca, assim, o início de uma nova fase para o setor elétrico português. Ao optar pela confiança nas dinâmicas do mercado, em vez de mecanismos corretivos complexos, o Governo sinaliza uma aposta numa regulação mais estável e transparente. Trata-se de uma medida que aproxima Portugal das melhores práticas europeias e que poderá reforçar a competitividade do setor, beneficiando não apenas os operadores, mas também os consumidores e a economia no seu conjunto. ■